



ARTIGO  
ARTIGO - INTEGRA O BLOCO 5

# BRAUDEL NAS TERRAS BAIXAS: CAMINHOS DA ARQUEOLOGIA NA CONSTRUÇÃO DE HISTÓRIAS INDÍGENAS DE LONGA DURAÇÃO<sup>1</sup>

Contatos  
Museu de Arqueologia e Etnologia – USP  
Av. Prof. Almeida Prado, 1466  
05508-070 – São Paulo – São Paulo – Brasil  
[kater@usp.br](mailto:kater@usp.br)  
[rafael.cardoso.lopes@usp.br](mailto:rafael.cardoso.lopes@usp.br)

 Thiago Kater<sup>2</sup>

Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brasil

 Rafael de Almeida Lopes<sup>3</sup>

Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brasil

## Resumo

O conceito de longa duração de Fernand Braudel configura-se como uma das ideias centrais do movimento feito, nos últimos trinta anos, por parte da Arqueologia brasileira, sobretudo a amazônica, de aproximação com a História e com os povos indígenas. Este artigo revisa produções bibliográficas arqueológicas traçando a trajetória que leva determinadas pesquisas a se reivindicarem como construtoras de Histórias Indígenas de longa duração. Por meio das leituras foi possível perceber que a utilização desse conceito, integrado à luta indígena pelos seus direitos, bem como renovações do fazer historiográfico e arqueológico, permitiram uma expansão desse movimento e a criação de abordagens variadas. Ao fim, refletimos sobre o conjunto das temporalidades de Braudel, que podem culminar em pontes teóricas e políticas junto aos povos indígenas.

## Palavras-chave

Arqueologia Brasileira – Arqueologia da Amazônia – Fernand Braudel – História Indígena – História de Longa duração.

<sup>1</sup> Artigo não publicado em plataforma *preprint*. Todas as fontes e bibliografia utilizadas são referenciadas no artigo. Ambos os autores participaram das diversas fases da pesquisa e preparação do artigo. A pesquisa contou com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo – FAPESP (Processos 2018/24509-5 e 2018/21941-1). Agradecemos à prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Fabíola Silva (MAE/USP), pelo incentivo e pela revisão atenta e cuidadosa da primeira versão do manuscrito, bem como pelas imprescindíveis sugestões bibliográficas. Ao prof. Dr. Fernando Almeida (UERJ) pela leitura e indicações ao texto final e ao prof. Dr. Eduardo Góes Neves (MAE/USP) pelas recomendações bibliográficas.

<sup>2</sup> Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.

<sup>3</sup> Doutorando em Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo.



ARTICLE

# BRAUDEL IN LOWLAND SOUTH AMERICA: ARCHAEOLOGY'S PATHS FOR THE CONSTRUCTION OF LONG-TERM INDIGENOUS HISTORIES

## Contacts

Museu de Arqueologia e Etnologia – USP  
Av. Prof. Almeida Prado, 1466  
05508-070 – São Paulo – São Paulo – Brazil  
[kater@usp.br](mailto:kater@usp.br)  
[rafael.cardoso.lopes@usp.br](mailto:rafael.cardoso.lopes@usp.br)

 **Thiago Kater**

Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brazil

 **Rafael de Almeida Lopes**

Universidade de São Paulo  
São Paulo – São Paulo – Brazil

## Abstract

The concept of *longue durée* developed by Fernand Braudel represents one of the main ideas of the movement made in the last thirty years by Brazilian Archaeology – and Amazonian Archaeology specially – of enclosure with History and with indigenous peoples. This article reviews archaeological bibliographic productions tracing the trajectory that leads to a set of researchers to claim as being makers of Long-Term Indigenous Histories. Through the research it was possible to realize that the utilization of this concept, integrated in the struggle for the rights of indigenous peoples, as well as the renovation of History and Archaeology allowed the expansion of this movement and the creation of varied approaches. Lastly, we reflect about Braudel's temporalities, that can lead to theoretical and political bridges to be built with indigenous peoples.

## Keywords

Brazilian Archaeology – Amazonian Archaeology – Fernand Braudel – Indigenous History – Longue Durée.

[Em Orã] tinham ideias precisas e bem classificadas sobre tudo o que se refere aos bancos, à exportação, às laranjas e limões, ou ainda, ao comércio dos vinhos; que possuíam indiscutíveis conhecimentos sobre os problemas de contencioso ou de seguros (CAMUS, 2017, p. 61).

O falso mascate vem na lancha a motor recolher as caixas de bebidas, de perfumes, os fardos de seda italiana, de casimira e linho ingleses, outras especiarias, e fazer o módico pagamento – dinheiro para a farinha, o café, o açúcar, a cachaça, o fumo de rolo (AMADO, 2009, p. 14).

Embebidas na dinâmica costeira magrebina, em seus portos que recebem e despacham a todo Mediterrâneo, navios carregados; nos arquivos de Dubrovnik, repletos de fontes históricas a respeito do comércio balcânico com o restante do Mediterrâneo; ou em feiras no interior da Bahia, entre criadores de gado apascentado no sertão, artistas itinerantes que se apinhavam pelas ruas e mercadores com produtos vindos dos mais recônditos locais, das cercanias e Europa – enraízam-se, como perceberia Fernand Braudel, estruturas duradouras, distintos tempos de uma história inter-relacionada.

Brasil, Mediterrâneo. Cenários complementares que inspiraram a reflexão de Braudel sobre as distintas configurações do espaço-tempo: laboratórios que apresentam a relatividade da passagem do deslocamento geográfico ao histórico (DAIX, 1999). Em sua experiência brasileira, seja como docente da recém-criada Universidade de São Paulo, seja em suas viagens pelo país, Braudel alinhavou, após estadas em Argel e no trabalho documental em arquivos de Veneza, de Dubrovnik ou da Espanha, quase sempre com auxílio de Paule, sua esposa, umas das contribuições mais fecundas da História para a Teoria Social (BURKE, 1997, 2012). É no Brasil<sup>4</sup>, que por vezes lhe parecia um retrato de tempos remotos do Mediterrâneo que perscrutava, então, que Braudel desloca o tema de sua tese, ampliando-a da figura de Felipe II para caracterizar também a história daquele mar (DAIX, 1999).

Nela, o ambiente mediterrânico ganha protagonismo, um tempo não uniforme e intrínseco ao espaço esboçado, e o conceito de *longue durée* definido (BRAUDEL, 1984). Braudel via a Arqueologia como uma parceira fundamental para esse tipo de reflexão, pois tal ofício presumia a interpretação dos resquícios e evidências do passado através de grandes recortes cronológicos

---

<sup>4</sup> 'No Brasil Baiano: O presente explica o passado' (BRAUDEL, 2014) é um dos artigos que apresenta sucintamente de que forma esse cenário pôde auxiliar na formatação das perspectivas braudelianas sobre a relatividade do espaço-tempo na História. Mesmo cenário que, para Braudel, fora tão bem contado por Jorge Amado (Idem).

(BRAUDEL, 1990). É dessa aproximação e suas decorrências que trataremos neste artigo. Ou principalmente, de que maneira, no Brasil, a arqueologia e a *longue durée* encontraram um terreno fértil para reconciliação. Histórias indígenas de longa duração entraram em voga na arqueologia brasileira a partir do fim dos anos 80 e hoje se chega, inclusive, a se sugerir que esta seja a *História Antiga do Brasil* (NEVES, 2012).

A proposta de se escrever uma 'história indígena de longa duração', com sua clara filiação braudelianiana, tornou-se assim recorrente, em especial, na arqueologia da Amazônia. Exemplo disso é a coletânea *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese* (BARRETO, LIMA & BETANCOURT, 2016), na qual em diversos capítulos essa proposta é abordada. Adiciona-se a isso, o novo panorama originado nos cursos de graduação em Arqueologia, espalhados pelas universidades federais do país. Neles, docentes que produziram suas dissertações, teses e pesquisas partilhando algum vínculo com esse enfoque, passaram a lecionar, pesquisar e formar novas gerações, ampliando a base de arqueólogas e arqueólogos em contato com essa perspectiva.

Para este artigo propomos uma revisão de olhar historiográfico sobre a produção bibliográfica que engendrou o atual cenário de emprego da longa duração enquanto ferramenta teórica pela arqueologia brasileira. Nosso objetivo é sugerir uma interpretação para a trajetória histórica da incorporação da longa duração pelos trabalhos arqueológicos até seus atuais usos, tendo como pano de fundo os cenários sociopolíticos e econômicos dos períodos. Encerramos com uma reflexão teórica suplementar a respeito da longa duração, retomando suas temporalidades complementares e sua potência interpretativa. Como no insólito e lamurioso isolamento dos portos de Orã fechados pela peste narrada por Camus (2017), ou as mercadorias que afluem de todos os lados para centros, mas depois retornam, redistribuídas, tal qual na Bahia descrita por Jorge Amado (2009), nos voltamos às águas amazônicas extenuantemente remadas em meio a uma floresta tropical milenarmente antropizada.

## **1. História de longa duração na Arqueologia**

### **1.1. Proposição**

No processo de rompimento com a história *événementielle*, que encadeava cronologicamente os acontecimentos, vistos como fatos irreduzíveis, a partir do movimento mais amplo da Escola dos *Annales*, Fernand Braudel (1990) defendeu que a história é composta por tempos múltiplos, que não são só substância do passado, mas matéria da vida social atual. A mudança do instantâneo para a longa duração, um tempo mais lento em seu transcorrer e

em seu desgastar, alterou o enfoque para uma estrutura a qual o indivíduo está mergulhado, mesmo sem consciência plena disso (BRAUDEL, 1990). Essas estruturas são elementos estáveis que interferem no decorrer da história, agentes não-humanos que se apresentam como balizas, ainda que possam ser reconfiguradas e desintegradas.

São marcos geográficos e condições biofísicas, limites de produtividade, enquadramentos mentais. Para Braudel, o elemento geográfico parece ser o de mais fácil operacionalização, pois orienta redes de trocas, transumância e fixação das diferentes sociedades em lugares específicos do ambiente e da paisagem (1990). Operam sobre essas interações distintas temporalidades: haveria uma de lento transcorrer, de vagarosas transformações; acima dela, a história de tempo social e das conjunturas; e, por fim, uma temporalidade do tempo individual, de oscilações rápidas (BRAUDEL, 1990).

A compreensão de que a história possuía espessura temporal, como se fosse erigida por planos de escalas complementares, nos quais as diferentes durações convivem e atuam, e que essa espessura é fundamental para o entendimento de um determinado fenômeno histórico, foram as maiores contribuições de Braudel (1990) para a História e para a Teoria Social (BURKE, 1992, 2012). As reflexões arqueológicas a partir de grandes recortes temporais em espaços físicos mais ou menos bem definidos foram uma das inspirações de Braudel (1990) para criar o conceito de longa duração, reelaborando esse emprego através da identificação de temporalidades na história. Entretanto, a arqueologia não adotou prontamente essa contribuição teórica que ela mesma havia ajudado a forjar.

Na Europa continental, por exemplo, onde havia a noção de continuidade cultural entre os europeus modernos e os de tempos remotos, a Arqueologia manteve conexões com a História. Porém, tendo o Histórico-culturalismo<sup>5</sup> como modelo teórico-interpretativo preeminente, muito em decorrência do cenário de consolidação e fortalecimento dos Estados Nacionais, no início do século XX (TRIGGER, 1989), a incorporação de novos conceitos como longa

---

<sup>5</sup> Por limitações de espaço e fugir de nosso escopo, ainda que parte do público leitor possa não estar familiarizado, não nos detemos na caracterização das correntes de pensamento arqueológicas citadas no artigo (i.e. Histórico-culturalismo, Processualismo, Pós-processualismo) – para uma revisão clássica do tema ver Trigger (1989) –, de áreas interdisciplinares (e.g. Etnoarqueologia) – recomendamos aqui Silva (2009c) – ou de conceitos típicos da Arqueologia (e.g. registro arqueológico, paisagem) – para uma introdução a esses conceitos ver Funari (2003). As linhas gerais dessas ideias, no entanto, podem ser apreendidas através do texto.

duração não ocorreu. A noção de história cultural do histórico-culturalismo decorria do historicismo alemão, bem mais antigo que a obra de Braudel.

Já nos Estados Unidos, onde não se reconhecia tal continuidade histórica, a arqueologia tinha um olhar mais antropológico (SYMANSKI, 2014). Houve, como uma das decorrências, a partir dos anos 60, o desinteresse do Processualismo às contingências particulares em prol de uma busca por leis gerais que explicassem o desenvolvimento das sociedades de maneira universal. Assim, a História foi relegada em ambos os contextos, bem como suas contribuições ao campo teórico das humanidades (TRIGGER, 1989).

Apesar da concepção braudeliiana de longa duração ter sido criada em meados do século XX, é só a partir dos anos 80, com as correntes pós-processualistas, que parte da arqueologia se atentou para a utilidade desse conceito. O pioneiro na incorporação foi Lamberg-Karlovsky (1985) para o Oriente Próximo. A coletânea *Archaeology, Annales and Ethnohistory* (KNAPP, 1992) é mais uma das precursoras desse movimento e ilustra bem como a arqueologia, até então, havia se alijado de um debate mais amplo proporcionado pelos *Annales* nas humanidades. Em contraposição, essa aproximação tardia permitiu que contribuições da terceira geração dos *Annales*, como as de Le Roy Ladurie, Le Goff, Nora e Ferro, fossem logo incorporadas, como a ênfase na construção social da realidade ou na correlação entre agência e estrutura (KNAPP, 1992).

Mas, talvez, o grande expoente dessa aproximação com a história de longa duração tenha sido Ian Hodder. A crítica às noções de “Cultura” e “História”, tão importantes para essa discussão e para a forma como a Arqueologia passou a se relacionar com as demais humanidades, foram fundamentais para a transformação trazida pelas correntes pós-processualistas. Hodder, ao buscar pelos significados observáveis pela arqueologia, destaca que a cultura é essencialmente dinâmica – não algo normativo ou uma resposta comportamental a determinado ambiente –, são estruturas de significado socialmente partilhadas, que dependem do contexto, do significado e da subjetividade (HODDER, 1982). Além disso, realça a necessidade de observar a cultura levando em conta a diacronia, já que as ações humanas estão ancoradas a uma estrutura profunda e que qualquer evento particular é parte também de continuidades de longa duração. Nessas teias relacionais de temporalidades, o papel histórico da cultura material pode ganhar preponderância, resultante de sua durabilidade e persistência (HODDER, 1987). É a partir dessas compreensões que Hodder assume as temporalidades de Braudel, definindo *Arqueologia como História de longa duração* (1987), que intitulou a célebre coletânea por ele editada sobre o tema.

Com a retomada de uma perspectiva histórica pela arqueologia, a adoção da História Cultural se dá em um sentido completamente distinto daquele do histórico-culturalismo. Cultura deixa de ser entendida como um tipo de mônada, delimitada em termos de uma tradição caracterizada pelo conservadorismo de regras socialmente transmitidas. Ao mesmo tempo, a mudança deixa de ser explicada somente pelos contatos culturais entre povos distintos ou por migrações. Continuidade e transformação não seriam mais momentos alternantes, mas parte integral de toda cultura. Através desse novo olhar, a cultura, organizada e organizadora de ações significativas aos indivíduos, pode se transformar no interior de si própria, pois possui espaço para improvisação, ainda que aportes interpretativos como difusão e migração se tornem novamente explicações possíveis (HODDER, 1987).

Outra decorrência do uso da noção braudeliiana de longa duração é o rompimento com a ideia de pré-História e História, sobretudo na América. Lightfoot (1995) abre a crítica à separação artificial desses períodos nos Estados Unidos, ressaltando a necessidade de estudos focados na longa duração para compreender os impactos causados nas sociedades indígenas locais mediante o contato colonial; ao mesmo tempo em que proporcionaria uma visão mais ampla sobre as transformações e escolhas próprias desses povos ao longo do tempo. Silliman (2012), por sua vez, cobra que as perspectivas de longa duração sejam trabalhadas através de visões multiescalares e da apreciação do que acontece em cada escala. Para o autor, não é por podermos ver através de grandes escalas temporais que devemos fazer apenas isso. Um balanceamento entre escalas evitaria postular que os povos indígenas foram completamente dizimados e perderam sua essência ou, ancorados na longa duração de suas práticas culturais, não sofreram impactos profundos com a colonização (SILLIMAN, 2012).

Nesses cenários, o conceito de longa duração de Fernand Braudel desempenhou papel central na reflexão de distintos contextos arqueológicos, permitindo à arqueologia correlacionar diferentes forças temporais ao registro arqueológico, encarado como fonte documental para narrativas históricas. Tendo em vista a sua particular aptidão para lidar com fenômenos na longa duração (c.f. CORRÊA, 2013; LUCAS, 2015; NEVES, 2012), a arqueologia desenvolveu uma matriz teórica importante, que se desdobrou em diferentes linhas, capazes de se contrapor a uma noção sistêmica, adaptativista e evolucionista da história.

## 1.2. Desenvolvimento na Arqueologia brasileira

A chegada da longa duração braudeliana na arqueologia brasileira passa por um caminho distinto. O próprio Braudel, como colocado na introdução, foi professor de História da Universidade de São Paulo e teve papel fundamental na estruturação da disciplina no estado e no país em geral (MARTINEZ, 2002). Sua influência, portanto, permeia o campo historiográfico brasileiro e, pela proximidade entre os dois campos (BARRETO, 1998), alcança a arqueologia. As convergências tardias de Braudel e Levi-Strauss (BRAUDEL, 1992) – este um precursor da antropologia brasileira –, que levam Braudel a pensar em uma história estrutural, aproximam o autor de outra disciplina avizinhada à arqueologia. Ainda que essencial para a historiografia brasileira, é apenas a partir dos anos 90 que o conceito de longa duração seria utilizado de forma explícita na Arqueologia.

Embora não mencione os conceitos braudelianos, a originalidade da tese de José Brochado (1984) a coloca como antecedente da aplicação brasileira da arqueologia como história de longa duração. Brochado produz um modelo histórico da dispersão de grupos linguísticos e tradições cerâmicas no Brasil, além de adotar a premissa de que havia continuidade entre o passado pré-colonial e as populações indígenas do presente. Esse autor, orientando e colaborador de Donald Lathrap, arqueólogo que iniciou um movimento similar na Amazônia (LATHRAP, 1970), buscou dar um sentido histórico às classificações cerâmicas da arqueologia brasileira dos anos 60 e 70, associadas ao Projeto Nacional de Pesquisas Arqueológicas<sup>6</sup> (PRONAPA). Em sua tese, Brochado advoga a necessidade de “oferecer um quadro mais integrado e significativo das Histórias Pré-colombianas do que uma mera descrição de formas culturais e o seu arranjo em esquema geográficos e cronológicos” (BROCHADO, 1984, p. 1, tradução nossa).

---

<sup>6</sup> O Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas foi desenvolvido pelo Smithsonian Institute, CNPq e IPHAN realizado entre 1965 e 1970 e dirigido pelos arqueólogos estadunidenses Betty Meggers e Clifford Evans, que formaram gerações de arqueólogos brasileiros. Seu intuito era mapear a variabilidade arqueológica brasileira, tarefa realizada com uma distribuição às vezes pouco cuidadosa de Fases locais e Tradições regionais ao longo do território, entendidas como a representação de unidades culturais (BARRETO, 1998). A arqueologia pronapiana acarretou certo engessamento das classificações na arqueologia brasileira (SCHAAN, 2007), ao mesmo tempo não desenvolveu uma síntese que daria um sentido histórico para essas classificações (BARRETO, 2000). Apesar disso, como lembra Neves (2010), o passo pronapiano é essencial para uma primeira organização do complexo registro arqueológico brasileiro.



Brochado reorganiza os trabalhos feitos na arqueologia brasileira de forma a contar uma história indígena, baseada em grandes movimentos de migração, associando de forma direta língua, cultura material e ambientes ecológicos (NOELLI, 2008). Sua pesquisa apresentava inicialmente uma influência notável da Geografia e da Ecologia Cultural, cuja abordagem superou com a reflexão sobre as práticas produtivas dos povos indígenas (NOELLI, 2008). O seminal esforço de Brochado estabeleceu a produção de modelos históricos do passado indígena pré-colonial, pensados em amplos espaços e cronologias, utilizando fontes arqueológicas, ecológicas, históricas e linguísticas; e o coloca como referência para pesquisas de distintas partes do Brasil (e.g. EREMITES DE OLIVEIRA, 2002; NOELLI, 2008; NEVES, 2012; WÜST, 1999).

Esse movimento descentralizado se opunha ao engessamento científico da arqueologia brasileira, mas igualmente ao engessamento político, que viu crescer o número dos sítios escavados e tradições identificadas, mas não se posicionou a favor dos povos indígenas vivos, massacrados em inúmeras instâncias durante a Ditadura Civil-Militar (BARRETO, 1998). Assim, o maior comprometimento político, a busca por histórias profundas e a interdisciplinaridade marcaram os desenvolvimentos seguintes. Estes nascem da influência brochadiana que efetivamente funda linhagens da arqueologia brasileira, seja no Sul do Brasil com os trabalhos de Francisco Noelli e Fabíola Silva, seja no Brasil Central com os trabalhos de Jorge Eremites de Oliveira ou na Amazônia com Eduardo Neves e, novamente, Fabíola Silva<sup>7</sup>.

O contexto inicial dessas pesquisas arqueológicas também coincide com o momento de propulsão, no campo historiográfico e antropológico, dessa que será a Nova História Indígena<sup>8</sup>. A criação, em 1990, na Universidade de São Paulo, do Núcleo de História Indígena e do Indigenismo, por Manuela Carneiro da Cunha, é mais um marco desse período, que se consolida com a publicação do fundamental livro *História dos Índios no Brasil* organizado por Cunha (1992): uma coletânea interdisciplinar com artigos de linguistas, historiadores, antropólogos, mas sintomaticamente com apenas dois artigos

<sup>7</sup> Embora seja necessário pontuar como os trabalhos em sambaquis como o de Paulo DeBlasis e Madu Gaspar (DEBLASIS et al., 2007) são de alguma forma influenciados por essa perspectiva, utilizando a longa duração para explicação dos processos naturais e sociais de construção da paisagem sambaqueira.

<sup>8</sup> Há um debate a respeito da conceitualização de termos como etnohistória e história indígena nos anos 90 (c.f. CAVALCANTE, 2011), que ora vê a etnohistória como uma apreensão indígena a respeito do tempo e de sua história (VIVEIROS DE CASTRO & CUNHA, 1995) ora como método de pesquisa interdisciplinar (EREMITES DE OLIVEIRA, 2005)

dedicados à arqueologia (GUIDON, 1992; ROOSEVELT, 1992). John Monteiro, por sua vez, seria de extrema importância para contrapor a cumplicidade da historiografia brasileira com a invisibilização indígena nas narrativas históricas, contribuindo para destacar a atuação, resistência e protagonismo da população nativa durante o processo de colonização. A obra *Negros da Terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo* (MONTEIRO, 1994) renovou o olhar da historiografia a respeito das populações indígenas, transformando-as em agentes históricos da História do Brasil, superando a “crônica da extinção” (MONTEIRO, 1995) e propiciando avanços historiográficos consistentes para a compreensão dos distintos processos históricos pesquisados (ALMEIDA, 2017).

Também a paulatina exposição à nível global da antropologia brasileira pode ter auxiliado na configuração desse contexto, tendo em vista um maior interesse acadêmico mundial nos povos indígenas brasileiros (VIVEIROS DE CASTRO, 1998; PACHECO DE OLIVEIRA, 1999). Essa nova geração, por sua vez, mobilizaria a Nova História Indígena e a História Cultural, nos moldes apresentados acima. A aproximação com a História Cultural também se deu por uma questão de formação, visto que esta é retomada com entusiasmo pelo campo historiográfico brasileiro nos anos 90 (VAINFAS, 2009), período no qual arqueólogas e arqueólogos inspirados por Brochado se formam como historiadores – graduações em Arqueologia nessa época, no Brasil, eram raras. A esse período de efervescência Fausto e Heckenberger (2007) chamam de “revolução temporal” dos estudos sobre populações indígenas.

Porém, essa aliança com os povos indígenas não foi feita mera e unilateralmente por uma indigenização das narrativas históricas, mas parte de uma reação acadêmica ao progressivo fortalecimento das lutas e movimentos indígenas, cujos direitos foram reconhecidos parcialmente na Constituição Federal de 1988 (CUNHA, 1994). A percepção dos povos indígenas como agentes históricos no passado decorre, portanto, do reconhecimento de sua atuação histórica no período de abertura democrática. Frente a esse contexto, parte da arqueologia movimentou-se para romper com o isolamento teórico, disciplinar e político no qual havia se constituído (BARRETO, 2000). As bases materiais desta fase provêm do discreto crescimento de agências financiadoras (OLIVEIRA, 2003) e da ampliação da arqueologia de contrato, munida pela promulgação da Resolução CONAMA 001/1986 que adicionou o patrimônio arqueológico à legislação de proteção ambiental (GNECCO & DIAS, 2015) durante o governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso.

Para além da influência de Brochado, os autores trazem novos elementos ao anseio histórico, sendo que nisso a Etnoarqueologia desempenha um importante papel. Embora influenciados predominantemente pelos pressu-

postos processualistas (e.g. SILVA, 2000b), a pesquisa etnoarqueológica sobre povos indígenas permitiu que autores como Noelli, Eremites de Oliveira, Silva e Neves, pensassem trajetórias históricas particulares para os povos indígenas com os quais trabalharam. Curiosamente, é a proximidade com o contexto etnográfico que cumpriu um papel fundamental para acercar parte da arqueologia brasileira da História: é o diálogo com os povos indígenas e a observação de seu fazer histórico cotidiano que avança para uma nova visão sobre as formas desses povos de produzir e pensar a história. Em termos de métodos, além das incursões em outras disciplinas esses autores mobilizaram novas técnicas e procedimentos arqueológicos, como a análise espacial, junto a categorias tradicionais da arqueologia brasileira, como Fases e Tradições (c.f. NEVES, 2010).

Para o Sul do Brasil, destaca-se o trabalho de Francisco Noelli (1993; 1996a; 1996b; 1999), que se debruçou sobre a história dos povos Jê do Sul e dos povos Tupi, particularmente os Guarani, aliando arqueologia, ecologia, linguística, etnohistória e etnoarqueologia na construção de histórias indígenas. O autor é um dos primeiros a enquadrar essa história já nos moldes da longa duração, inclusive referenciando Braudel diretamente. Fabíola Silva (SILVA & NOELLI, 1996; SILVA, 2000a), em parceria com Noelli, articulou a longa duração a um trabalho sistemático de síntese da história dos Jê do Sul. Tomando os Kaingang e Laklãnõ Xokleng através de suas relações de parentesco inferidas pela linguística histórica, os autores elaboraram as possibilidades de traçar uma história indígena de longa duração por meio de estudos interdisciplinares a fim de identificar suas transformações e continuidades. Os dados linguísticos dariam uma linha mestre que apontariam com alguma clareza as relações entre grupos, enquanto a arqueologia, numa perspectiva etnoarqueológica, permitiria dar conteúdo a essa relação, localizando-a no tempo e no espaço, pensando suas generalidades e especificidades (SILVA & NOELLI, 1996). O contato entre etnografia e dados arqueológicos poderia se dar através de analogias históricas diretas, visto a continuidade entre os povos estudados.

No Centro-Oeste, dois autores se sobressaem pela perspectiva interdisciplinar: Irmhild Wüst e Jorge Eremites de Oliveira. Wüst (1992; 1999), também com apoio de Cristiana Barreto (WÜST & BARRETO, 1999), teceria, num caminho paralelo a Brochado, a história dos Bororo do sudeste do Mato Grosso do Sul, delineando também a profundidade temporal das aldeias anelares e da produção cerâmica, práticas mantidas até hoje. Nesse caso, a autora contestou os modelos explicativos migratórios anteriores para estabelecer um desenvolvimento autônomo dessas construções, influenciadas por

diversos processos, mas marcado pela integração entre povos distintos. A própria configuração histórica dos Bororo foi apresentada pela autora como a fase mais recente desse processo de recriação através da integração entre diferentes povos (WÜST, 1999). Eremites de Oliveira (2002), por sua vez, propõe em sua tese a construção de uma história indígena do pantanal, de ao redor de 11 mil anos atrás até os atuais canoeiros Guaitó. O autor também insere seu trabalho nos termos de uma história indígena de longa duração<sup>9</sup>, que para ser feita necessitaria da aliança entre Arqueologia, História e outros campos interdisciplinares.

Na Amazônia brasileira, área mais densamente abordada no presente artigo, a história indígena de longa duração floresceu e se ramificou em distintas perspectivas. Eduardo Neves, Michael Heckenberger e James Petersen abriram a frente amazônica dessa posição. Neves, também profundamente influenciado pelo trabalho de Brochado, realizou seu doutorado no Alto rio Negro com uma pesquisa etnoarqueológica dos povos Tukano articulada aos estudos linguísticos e etnohistóricos dos povos Arawak e com escavações de sítios evidenciados na oralidade Tukano (NEVES, 1998, 1999, 2001). Através da combinação de dados, Neves nega a aplicação de modelos deterministas ambientais de caráter evolucionista tanto de Meggers (1987) quanto de Roosevelt (1999) que caracterizaram grande parte da arqueologia Amazônica até então. Em outros termos, contra explicações nas quais o meio determinaria a sociedade e suas mudanças, Neves promove uma compreensão estrutural e histórica, valorizando as formas sociais e culturais dos povos indígenas (NEVES, 2001).

Do outro lado da Amazônia, Michael Heckenberger tece uma trajetória histórica dos povos do Alto Xingu apontando para a forte continuidade presente nas formas culturais dessas populações (HECKENBERGER, 1996, 2001). Em capítulo de livro que organiza (HECKENBERGER, 2001), o arqueólogo já apresenta potentes elaborações teóricas para a perspectiva da história indígena de longa duração. Além de Braudel, Heckenberger se utiliza dos trabalhos de Bourdieu (1983) e Sahlins (1990, 2006) para encadear a prática, revelada pela etnografia, e a estrutura, modelada a partir da etnologia; e

---

<sup>9</sup> Sobre se essa seria a mesma concepção histórico-culturalista, Eremites de Oliveira emplaca: "Ocorre que conceber a arqueologia como uma forma particular de produzir história indígena não significa, bem entendido, abraçar paradigmas há muito abandonados. Significa, por exemplo, buscar compreender diferentes historicidades nativas a partir de uma perspectiva que possa conjugar aportes processualistas e pós-processualistas, dentre outros, analisando a trajetória de grupos étnicos do passado e do presente." (EREMITES DE OLIVEIRA, 2005, p. 74).

investigar como ambas incidem para formar a história, interpretada a partir da etnohistória e da arqueologia. Nesse sentido, Heckenberger coloca, por exemplo, que o formato da aldeia xinguana mantido milenarmente provém de e reforça esquemas culturais historicamente profundos, fruto de uma estrutura milenar que se reestrutura cotidianamente manejando transformações criativamente.

Em meados dos anos 90, Neves e Heckenberger se juntaram a James Petersen, cuja pesquisa se dedicava ao Caribe (PETERSEN, 1991), para formar o Projeto Amazônia Central (PAC). O projeto de pesquisa tinha como foco a cidade de Manaus (AM) e seus arredores, uma área pouco estudada, mas que, segundo Lathrap (1970), seria um centro de onde grupos linguísticos distintos teriam se dispersado no período pré-colonial. O PAC existiu entre 1995 e 2010 e foi um verdadeiro laboratório para os estudos de história indígena de longa duração, além de um centro de formação teórica e metodológica para gerações (NEVES, 2012).

Progressivamente, o PAC buscou construir histórias indígenas de longa duração e se entrelaçou teoricamente cada vez mais com a Ecologia Histórica (NEVES & PETERSEN, 2006; HECKENBERGER & NEVES, 2009). A proposta de uma ecologia antropocêntrica e historicizante que despontava na Amazônia com os trabalhos de William Balée e Clark Erickson (c.f. 2006), encaixou-se ao olhar da arqueologia como História Indígena feita pelos membros do PAC. Ao mesmo tempo, as ideias da Ecologia Histórica contrastavam radicalmente com a Ecologia Cultural a que também se opunham esses arqueólogos.

O enlace disciplinar permitiu uma atenção ambiental maior na arqueologia do PAC, que se debruçou na contribuição indígena para a formação das paisagens e florestas amazônicas. O esforço é sintetizado nos trabalhos dos autores sobre as Terras Pretas de Índio, solos antrópicos que ocorrem em sítios arqueológicos amazônicos (HECKENBERGER et al, 2001; NEVES et al, 2004). No arremate do PAC, a Livre Docência de Eduardo Neves reforça a predominância histórica do projeto nomeando seu último capítulo de *À serviço da História* (NEVES, 2012). Na conclusão, Neves não apenas recusa o determinismo que precedeu suas pesquisas, mas reafirma o caráter distinto da trajetória histórica amazônica, em uma alternância entre centralização e descentralização em movimentos pendulares, mas que negará o Estado e sua inevitabilidade histórica. O oposto a atrasados, os povos indígenas teriam muito a ensinar sobre economias políticas alternativas às ocidentais capitalistas, centralizadas, hierarquizadas e ambientalmente predatórias.

Contemporaneamente ao PAC, Fabíola Silva (2000b) realizou trabalhos de Etnoarqueologia no Médio Xingu, após suas pesquisas com os Jê do Sul

(SILVA & NOELLI, 1996; SILVA, 2000a). Os estudos de Silva com os Kayapó-Xikrin e com os Asurini do Xingu seguiram um caminho distinto do percorrido por Neves, Petersen e Heckenberger, com estudos das tecnologias indígenas numa escala mais aproximada. A autora, na esfera da tecnologia, superou as abordagens anteriores voltadas à adaptação e eficiência para expor a raiz social dos processos técnicos e suas contribuições para o entendimento do registro arqueológico. Sua reflexão sobre o significado da cultura material para os próprios indígenas marca desde então a trajetória das histórias indígenas de longa duração na Amazônia (SILVA, 2002). Com o tempo, sua pesquisa também se aprofundou em termos teóricos e empíricos sobre a noção de territórios e de lugares, em suas conformações históricas (SILVA, 2013). O aprofundamento etnográfico transformou o sentido da Etnoarqueologia, que para além da produção de modelos, dirigiu-se para um diálogo com a Arqueologia Colaborativa ao ser enquadrada como prática reflexiva, conjugando significados arqueológicos e indígenas e permitindo explorar a conexão da história indígena elaborada pelas pesquisas com os regimes de historicidade indígenas (sobre regimes de historicidade c.f. HARTOG, 2013).

As últimas duas décadas foram transformadoras para a arqueologia brasileira, no âmbito econômico e acadêmico, por conta de sua posição dentro dos projetos neodesenvolvimentistas dos governos Lula e Dilma (BEZERRA, 2008; GNECCO & DIAS, 2015). No âmbito econômico, a arqueologia se expande a partir do licenciamento ambiental ligado, em especial, à ampliação da atividade mineradora e de obras públicas de infraestrutura. Com início em 2007, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vincula o setor privado da arqueologia de contrato à expansão desses dois setores, de grande influência política e econômica no governo (GNECCO & DIAS, 2015). Do outro lado do projeto, os governos Lula e Dilma multiplicaram as possibilidades de financiamento e acesso às universidades privadas (SANTOS, 2016), mas também das agências de fomento à pesquisa, além da inédita propagação de universidades públicas por todo o Brasil a partir do REUNI, em 2007. A arqueologia acadêmica se beneficiou desse movimento, com a criação de graduações em Arqueologia por diversos pontos do país (BEZERRA, 2008; GNECCO & DIAS, 2015), e com a expansão das possibilidades de se obter projetos, auxílios e bolsas de pesquisa. Também no âmbito acadêmico, a Lei Federal nº 11.645, de 2008, tornou obrigatório o estudo da cultura e história indígena no Ensino Fundamental e Médio.

A politização alcançada nas décadas anteriores na Arqueologia, com não pouca ajuda da abordagem da história indígena de longa duração, faria com que o campo da arqueologia brasileira defletisse parcialmente o afã

desenvolvimentista. No âmbito dos conflituosos processos de licenciamento das hidrelétricas amazônicas, essa posição se escancarou (GNECCO & DIAS, 2015; PUGLIESE & VALLE, 2015; ROCHA et al, 2013; SILVA, 2015). A contradição entre as demandas público-privadas e uma arqueologia acadêmica politizada preencheu as novas universidades com professores contrários ao projeto desenvolvimentista (BEZERRA, 2008). É nesse contexto de ampliação das vagas de professores e pesquisadores que a Arqueologia como História Indígena de longa duração se nacionaliza, ocupando, como foi comentado, múltiplos espaços universitários e científicos com uma narrativa de tendência contra-hegemônica, que se alia a povos indígenas para defender seus interesses frente aos desígnios do Estado e do Capital e fortalece histórias de longa duração cuja proposição os nega como únicas alternativas da humanidade. Esses processos, no entanto, não estão livres de suas próprias contradições internas, com posições ambíguas frente ao projeto neodesenvolvimentista e o papel da arqueologia neste (GNECCO & DIAS, 2015).

## 2. Novas abordagens

Nos últimos quinze anos, a ampliação das abordagens de parte do campo arqueológico brasileiro que associam a arqueologia à produção de uma história indígena de longa duração decorrem de um contexto histórico marcado por inflexões intelectuais e teóricas, mas também por acompanhar mudanças nas conjunturas socioculturais, políticas e econômicas do cenário brasileiro, como sugerimos nos parágrafos acima. Pesquisas mais recentes aplicam, por vezes, o conceito de longa duração sem necessariamente referenciar a obra de Braudel, o que talvez indique uma adoção intuitiva dessa noção por parte da produção bibliográfica da arqueologia brasileira. Seu conjunto pode ser entendido em duas abordagens, não excludentes, mas que metodologicamente possuem um ponto de diferenciação: as que estudam a história das comunidades indígenas do presente, suas continuidades e transformações na longa duração e aquelas que constroem uma História Indígena Antiga de longa duração<sup>10</sup> e que pode ser incorporada por esses povos.

---

<sup>10</sup> Embora não advoguemos pela exclusividade de História Indígena Antiga como substituto de História pré-colonial ou História pré-Conquista, o termo é interessante por dar enfoque a própria história indígena e não a processos, como colonização ou conquista, a eles impelidos. Por motivos óbvios apresentados no artigo, nos opomos a caracterizar esse período com o termo descabido de pré-história (c.f. NEVES, 2012). Autores como Lucas Bueno (2019) tem adotado outras abordagens teóricas paralelas para a construção de histórias indígenas, bem

Essa mudança de abordagem parece gerar uma mudança dos propósitos, mas não dos sentidos das pesquisas. Leva-se em consideração que uma falsa dicotomia – que transforma o processo de colonização e sua interferência aos povos indígenas ora como episódio de poucos impactos, ora como completamente desarticuladores das identidades ameríndias (SILLIMAN, 2012) – é fortemente criticável a partir da perspectiva da longa duração, sobretudo devido ao pluralismo e influências mútuas recorrentes do processo colonial (LIGHTFOOT, 1995; MONTEIRO, 1994), que muito vem sendo explorado pela historiografia (c.f. ALMEIDA, 2017).

A presença de ocupações indígenas sobre sítios arqueológicos é bastante comum na Amazônia (e.g. SILVA, 2009b). Mesmo as populações ribeirinhas costumam escolher áreas de antigos assentamentos indígenas para habitarem, o que traz consigo, nesse processo, inúmeras formas de se reconhecer e significar a materialidade encontrada nesses locais (BEZERRA, 2013; GOMES, 2016; ROCHA et al, 2014). Ao olhar da arqueologia, trata-se de uma história que se esconde, literal e figurativamente, abaixo dos pés de habitantes das metrópoles ou de pequenas comunidades.

Em áreas reocupadas pelas mais distintas populações não-indígenas os autores se deram conta que há fios que conectam as formas de habitar, seja por uma herança agrobiológica das florestas que orienta o manejo atual, seja por uma associação criada com os abundantes vestígios arqueológicos presentes nos solos de comunidades ou pelas reutilizações da paisagem. Em contrapartida, a arqueologia feita em território indígena explora as continuidades históricas presentes, recusando a tarefa de confirmar a ancestralidade dos seus ocupantes contemporâneos em restritos termos ‘genéticos’ (e.g. BESPALAZ, 2015; CORRÊA, 2014; SALDANHA & CABRAL, 2014; SILVA, 2009a; SILVA & NOELLI, 2015). A perspectiva da longa duração busca observar padrões de assentamento, da interação com o ambiente biofísico e de práticas sociais que seguem eixos de continuidade, enfocando os significados desses elementos estáveis e que relacionam as distintas ocupações (LIMA, 2008, 2010).

Assim, a variabilidade dos vestígios identificados tem sido utilizada para a compreensão da história cultural de diferentes contextos, principalmente em cenários de grande diversidade linguística e arqueológica. Nesse emprego, a utilização da longa duração como uma ferramenta para compreensão das in-

---

como para contrapor essa divisão entre pré-história e história. Bueno (2019) emprega a noção de ‘tempo profundo’ ou ‘história profunda’, sem utilizar, necessariamente, o conceito teórico de longa duração de Braudel.



terações culturais, sociais e ecológicas ao longo do tempo estabelece as várias trajetórias históricas pelas quais é possível observar como esses territórios se tornam um mosaico cultural, tendo como parâmetros padrões de assentamento, produção cerâmica, ocupação da paisagem, morfologia e organização social, tecnologias e documentos históricos (BESPALEZ, 2015; SILVA, 2009a).

A escolha reiterada de um sítio arqueológico em tempos históricos divergentes abre espaço para análises que buscam as características de determinados lugares, que fazem estes serem mais suscetíveis à significação e reocupação persistentes (ALMEIDA, 2013; ALMEIDA & KATER, 2017; BESPALEZ, 2015; GOMES & NEVES, 2016; KATER, 2018, 2020; LOPES, 2018). Lugares persistentes (BOWSER & ZEDEÑO, 2009), como certas cachoeiras, extravasam uma explicação somente na órbita do funcional, mas na ordem do histórico, do social e cultural, em um processo de atualização através das gerações (ALMEIDA & KATER, 2017). O mesmo vale aos sambaquis, em que milênios de história acumulados nesses locais permitem aos autores vislumbrar as diferenças ocasionadas por percepções e motivações culturais locais, porém não abandonando a ideia de que o bem adaptado modo de vida sambaquieiro se relacionaria à temporalidade da longa duração (BANDEIRA, 2013; PUGLIESE, ZIMPEL & NEVES, 2018).

As narrativas e memórias indígenas sobre esses lugares significativos se relacionam a aspectos como parentesco, aliança, guerra e formação do território (JÁCOME, 2017), sendo, portanto, estruturantes para esses povos. Entende-se que as escolhas de onde ocupar, estabelecer aldeias ou acampamentos e manejar a floresta são conhecimentos profundos que foram utilizados no passado e se repetem nas escolhas atuais (GARCIA, 2017; JÁCOME, 2017; ROCHA, 2017). Isso mostra como a associação com as perspectivas nativas traz um incremento valioso para as interpretações dessas pesquisas, decorrendo em formas de justapor conhecimento arqueológico e indígena. As distintas e cambiantes formas de protagonismo indígena de suas histórias continuam, de modo cada vez mais ativo, a abrir caminhos para a Arqueologia como História Indígena de longa duração.

Por outro lado, as transformações e rupturas aparentemente pequenas no registro arqueológico, quando observadas a partir da longa duração de paisagens e lugares específicos, passam a ter sentido a partir de outras temporalidades (ALVES, 2012; MACHADO, 2009; KATER, 2020; LOPES, 2018; TAMANAHA & NEVES, 2014). Essas referências espaço-temporais possibilitam a percepção do que seria a integração de comunidades distintas em determinados sistemas regionais (LIMA, 2010; TONEY, 2016), onde lugares se tornariam nós em redes de relações entre grupos (ALMEIDA, 2015; KATER,

2020) pela ênfase da dimensão festiva desses encontros ameríndios (PERRO-NE-MOISÉS, 2015). Os momentos cerimoniais ou festivos cumprem importantes papéis, pois compõem de forma significativa o registro arqueológico, relacionado em muitos casos a um descarte diferenciado dos materiais arqueológicos (LOPES, 2018; SALDANHA & CABRAL, 2016; TROUFFLARD, 2016). Conjunturas de guerra podem interromper longas tendências históricas e reconfigurar a paisagem social conhecida (MORAES, 2012; MORAES & NEVES, 2012), enquanto a transformação de produções cerâmicas pode marcar contato com novas comunidades e/ou intensificação de relações amistosas (BELLETTI, 2015; GOMES & NEVES, 2016; LOPES, 2018).

Outro enfoque para a *longue durée* se deu através da influência da Ecologia Histórica (c.f. BALÉE & ERICKSON, 2006). Muitas das pesquisas arqueológicas em territórios indígenas se atentaram para a formação de vínculos de longa duração entre as práticas de manejo agroflorestal e de construção da paisagem atuais e do passado. A adoção dessa visão teórica, que por sua vez também se embasa na ideia de longa duração das práticas sociais (e.g. CLEMENT et al, 2015), fez com que a arqueologia, sobretudo na Amazônia, compreendesse que a composição florestal desse bioma bem como suas paisagens obedecem “a aspectos socioculturais, cosmologias, e mito-histórias que falam de territorialidades indígenas de longa duração” (GARCIA, 2017, p. 47). Essa objetivação se materializa arqueologicamente em padrões de implantação e assentamento, espacialidades de dispersão de terra preta ou da cultura material.

Assim, o estudo da dimensão produtiva auxilia a refletir os sentidos das ocupações indígenas das Terras Baixas sul-americanas. Ao invés de ser uma produção de subsistência, uma forma subdesenvolvida de agricultura, percebe-se agora a capacidade de inúmeras gerações de elaborar, ao longo de milhares de anos, a hiperdiversidade agrobiológica cuja marca principal é a própria floresta amazônica (MONGELÓ, 2020; NEVES et al, 2014; FAUSTO & NEVES, 2018; FURQUIM, 2018; SHOCK & MORAES, 2019; WATLING et al, 2018). Trata-se da base econômica que historicamente propiciou a ampla diversificação social e cultural e que dificultou a emergência de formas políticas centralizadas ao longo das trajetórias históricas indígenas (NEVES & HECKENBERGER, 2019).

Fragmentos cerâmicos, tão abundantes em sítios arqueológicos amazônicos, também registram indícios de longa duração, seja pelo reconhecimento de propriedades formais dos elementos tecnológicos, seja na morfologia dos vasos, que repetem uma padronização vista até hoje, permitindo observar marcas de processos de persistência e mudança cultural (CORRÊA, 2014; GARCIA, 2017; GASPAR, 2019; LIMA, 2014; MACHADO, 2007; ROCHA,

2017; SALDANHA & CABRAL, 2014; SILVA, 2000b; ZUSE, 2014). Os estudos iconográficos cerâmicos, por sua vez, destacam-se por abrirem um canal de conexão entre a produção material indígena e os elementos estruturais do pensamento ameríndio fundamentados pela antropologia perspectivista (VIVEIROS DE CASTRO, 1996; 2012; LIMA, 2005; SEVERI & LAGROU, 2018). Alguns autores sugerem que o caráter permanentemente múltiplo da corporalidade indígena está presente também nos corpos de barro da produção cerâmica arqueológica (BARRETO, 2014, 2016; NOBRE, 2017; OLIVEIRA, 2016).

A diversidade desses fenômenos vistos sob perspectiva da história indígena de longa duração possibilitaram um retorno renovado a um tema clássico da arqueologia brasileira: a dispersão de grupos linguísticos pelas Terras Baixas (ALMEIDA & NEVES, 2015; ALMEIDA & MORAES, 2016; CORRÊA, 2014; NEVES et al, 2014). Trata-se de reconhecer que a Arqueologia, em conjunto com a Linguística Histórica, Etnografia e Etnohistória, possibilita a “reconstrução de processos históricos temporalmente extensos e diacronicamente lentos [...] da história cultural dos povos indígenas”, se atrelada à perspectiva da longa duração (CORRÊA, 2014, p. 93), em uma visão não mais exclusivista, pois se trata da dispersão desses conjuntos como predominantemente associada a grupos linguísticos, mas não restrita a eles.

Nesses diversos contextos de pesquisa o cotejamento de fontes documentais escritas com o registro arqueológico recebeu preponderância. Nesse exercício, os avanços teóricos e metodológicos da historiografia obtidos com o contato de historiadores com fundamentos da Antropologia (ALMEIDA, 2017) permitem uma reapreciação das fontes a respeito das populações indígenas. Através das mais variadas fontes históricas, desde documentos oficiais a relatos de viagem, a arqueologia entrelaça diversos aspectos como topônimos (KATER, 2018; PESSOA 2017), redes de troca (AMARAL et al, 2020; HARRIS, 2015), relações entre grupos (LOPES, 2018; PESSOA, 2017), práticas mortuárias e funerárias (RIBEIRO, 2018), descrições de aspectos materiais de aldeias e práticas tecnológicas indígenas (CORRÊA, 2014; BESPALAZ, 2015; LOPES, 2018; NOELLI, 1993; PESSOA 2017) para incorporar na interpretação de diferentes esferas e temporalidades do registro arqueológico.

Assim, em consonância com o pensamento e tradição oral indígenas, as práticas e estratégias coloniais passam a ser revistas a partir dessa história indígena de longa duração e das estratégias indígenas de resistência, nas quais os diferentes povos reafirmam suas identidades e tradições em um processo que envolve continuidade e transformação cultural (e.g. SILVA, 2009a; SILVA & NOELLI, 2015). A Arqueologia, integrada a disciplinas como a Linguística Histórica, a História e a Antropologia, permite romper com a

visão radical que opõe uma “pureza original” a uma “contaminação pós-contato” e utiliza-se da ideia de que um passado profundo conecta práticas e experiências milenares aos habitantes atuais (ROCHA, 2017).

Como outro contraponto a essa ideia de “pureza original”, a arqueologia na perspectiva da longa-duração também sugere que diversas sociedades indígenas estão em um contínuo engajamento com a alteridade, que se materializam nas cerâmicas ou nos padrões de assentamento das aldeias vistos ao longo do tempo (BELLETTI, 2015; GARCIA, 2017; LOPES, 2018; ROCHA, 2017; STAMPANONI, 2016). Ao mesmo tempo, essa abordagem permite redefinir a relação dos povos indígenas com os “brancos” e com a frente de colonização a partir de paradigmas e intencionalidades ameríndias próprias, rechaçando a visão de que seriam entes passivos perante os processos coloniais (LIGHTFOOT, 1995; PERRONE-MOISÉS & SZTUTMAN, 2010; SILLIMAN, 2012).

Além de ser frutífero aos trabalhos arqueológicos preocupados tradicionalmente com classificação e compreensão dos processos históricos através da cultura material, a visão da arqueologia como história de longa duração auxiliou na compreensão de que os próprios povos indígenas acessam o que seria a longa duração. Através de suas noções de historicidade e tempo, torna-se viável compreender de que forma as populações indígenas interpretam seu próprio passado (GARCIA, 2017; MACHADO, 2016, 2017; JÁCOME, 2017; ROCHA, 2017; SILVA, 2009a). Indígenas imersos no meio acadêmico reafirmam em suas produções, que no território e na paisagem estão impregnadas as histórias imemoriais de seus ancestrais, o que extrapola uma noção meramente cronológica de tempo (SILVA, 2018; TSCHUCAMBANG, 2015; XAMEN WAI WAI, 2017). Através dessa noção, defendem que as políticas públicas e ambientais para a Amazônia, bem como a gestão patrimonial nos contextos de territórios tradicionalmente ocupados, tenham como premissa o respeito aos povos tradicionais e a sua maneira de ocupar tais territórios (PUGLIESE & VALLE, 2015; ROCHA et al, 2014).

Na aproximação dos povos indígenas com a arqueologia, inúmeros esforços, de ambos os lados, são necessários (CABRAL, 2014). Nessas distintas formas de se utilizar a longa duração como maneira de organizar o arqueológico e seu discurso junto às narrativas indígenas, o que se observa é a possibilidade de que essas posturas distintas de compreensão do tempo possam também dialogar. Como resume Jácome:

[O] que é necessário, para atenuar nossa ansiedade ocidental crono-factual, é uma calibração dessas formas de narrar no tempo. Eu acho que essa genealogia não-cronológica pode muito bem se encontrar com a longa duração da arqueologia (2017, p. 209).

A longa duração nesses contextos alinha as práticas sociais e culturais ao largo fôlego, ao lento acúmulo, à paisagem, aos lugares e às formas de manejo do ambiente. Como temporalidade, nela cabem mudanças dessas populações, que ocorrem em ritmos e escalas variadas, podendo mesmo desencadear processos de etnogênese, sem que isso afete, necessariamente, as relações estruturais. Portanto, muito além de uma ferramenta teórica, sua utilização em contextos com populações indígenas pode tornar-se uma atitude de valorização de suas narrativas. Através dela, seus territórios e lugares significativos ganham a profundidade estrutural a que se atrelam e se inscrevem suas memórias e histórias (BESPALEZ, 2015; GARCIA, 2017; JÁCOME, 2017; PUGLIESE & VALLE, 2015; ROCHA, 2017; SILVA & NOELLI, 2015).

Permite, ainda, a identificação de práticas de manejo e ocupação do ambiente que valorizam os modos de vida indígena, construídos na longa duração e que hoje se encontram sob ameaça. Por fim, a longa duração é uma das estratégias das quais as populações indígenas podem se valer para promover um diálogo ontológico entre o discurso histórico-arqueológico e suas próprias narrativas, algo que, felizmente, começa a ser feito (SILVA, 2018; TS-CHUCAMBANG, 2015; XAMEN WAI WAI, 2017). Arqueólogas e arqueólogos (e outros acadêmicos) indígenas completam, de forma crítica, o movimento iniciado décadas atrás que buscava reconhecer o protagonismo indígena na história. Não mais tão-somente protagonistas nas narrativas e processos históricos, mas agora também na própria produção dessas histórias, com novas confrontações e sínteses sobre os modos de fazê-lo. O processo em si é novamente expressão de uma luta política indígena mais ampla, dessa vez para ocupar espaços hegemônicos (entre eles o da Universidade), disputando-os com aqueles que por séculos monopolizaram os discursos sobre os indígenas sem os terem como interlocutores, e direcionando-os a serviço das diversas demandas coletivas indígenas (cf. JÁCOME, 2020).

### **3. Retomando Braudel: considerações a uma história indígena de longa duração**

Da ampla aplicação teórica da *longue durée* (BRAUDEL, 1984, 1990) para a constituição de histórias indígenas pela arqueologia brasileira emerge uma vasta produção que enfoca desde as permanências no sentido geográfico, cultural e na relação com o território e a paisagem, até os modos de pensar e as ontologias das distintas sociedades. A utilização dessa perspectiva a partir da História Cultural (BURKE, 1992) e da Nova História Indígena (i.e. CUNHA, 1994; MONTEIRO, 1994) ajudou a romper, na arqueologia brasileira, visões essencialistas do passado histórico e cultural indígena e a acercou das populações ameríndias contemporâneas, promovendo um apelo às pesquisas interdisciplinares. Esses profícuos diálogos trabalham a serviço das particularidades das histórias indígenas buscando não mais aplicar a ela modelos externos, mas produzir novos modelos mediante a investigação das próprias lógicas sociais destes povos. Tributários da vertente amazônica desse movimento, nosso intuito é reforçar a versatilidade do conceito longa duração, bem como sua amplitude, vistos a partir da obra referencial de Braudel (1984).

Se longa duração não é sinônimo de longa cronologia, apesar da necessidade de relações de largo fôlego, as outras temporalidades braudelianas também não seriam formas destacáveis, pinçadas aqui ou acolá de acordo com a necessidade. Solidárias uma com as outras, elas se entrelaçam e “longa duração, conjuntura e acontecimento ajustam-se sem dificuldade, posto que todos têm a mesma escala de medida” (BRAUDEL, 1990, p. 34). A história, para Braudel, seria “a soma de todas as histórias possíveis [em que] o único erro, a meu ver, residiria em escolher uma destas histórias desprezando as restantes” (1990, p. 17). Ainda que o poder do evento em alterar uma estrutura seja pequeno, o acúmulo dessa crônica diária, do indivíduo, ao mesmo tempo em que se arquiteta pela longa duração, nela pode trazer consequências (BRAUDEL, 1990).

A compreensão de que o mundo biofísico não era um pano de fundo inerte, mas um fenômeno integrado à história humana, de temporalidade lenta, sugere uma íntima relação entre ser humano e ambiente (BRAUDEL, 1984), cujo processo histórico atual culminou com a transformação dos humanos não só em agentes biológicos, mas também geológicos, transformando o clima do planeta, o que nos colocou para repensar as formas de interação entre mundo humano e biofísico (CHAKRABARTY, 2009). Ainda que tenha defendido que a longa duração não é estática e nem mesmo independente, as críticas a respeito da articulação das suas durações foram superadas pelo campo historiográfico somente de forma paulatina (MARQUESE & SILVA

JÚNIOR, 2018). Koselleck (2014) pode ser considerado um dos mais hábeis arranjadores desses tempos históricos:

O passo adiante em relação às concepções braudelianas de conjuntura e longa duração está na elucidação de sua relação complexa, dialógica e movediça com as experiências individuais, que são ao mesmo tempo únicas e remissíveis a uma certa ancestralidade e repetibilidade. É nesse sentido que as experiências do tempo podem ser percebidas em estratos, sendo que *“eventos e estruturas estão entrelaçados, mas um nunca pode ser reduzido ao outro”* (KOSELLECK, 2014, p. 307 apud MARQUESE & SILVA JÚNIOR, 2018, p. 59. Grifo nosso).

Por outra via, mas nesse mesmo sentido de dotar de dinamicidade a longa duração em sua articulação ao evento, Heckenberger (2001) emprega a teoria da prática, formulada por Bourdieu (1983), em suas pesquisas que versam sobre longa duração no contexto arqueológico brasileiro. Mesmo que haja estruturas profundas subjacentes às consciências dos atores sociais, premissa fundamentada e partilhada com o estruturalismo de Lévi-Strauss, com a qual Braudel dialoga, Pierre Bourdieu aponta que tais estruturas tem sua gênese no social, (re)criadas a partir das percepções, ações e pensamentos. A partir desse ponto de vista, as estruturas de largo fôlego, lentamente ritmadas, são estruturantes, mas também estruturadas pela prática social (e.g. BOURDIEU, 1983). O que se vislumbra com essa teoria é um balanço entre agência individual e coletiva (e.g. GELL, 1988; SAHLINS, 2006) e estrutura; curta, média e longa duração, o que permite à História (e à Arqueologia) perceber os seres humanos enquanto agentes dinâmicos e criativos manejando, através de esquemas culturais, diversas estruturas.

Por mais contraditório que seja, a princípio, a arqueologia lida em boa parte dos casos com eventos pontuais, turbilhões superficiais da estrutura. Um fragmento cerâmico, um sepultamento, uma evidência de um buraco de poste, restos de carvão que indicam uma fogueira adormecida. Contudo, a relação de que deles se alcança extravasa sua fugacidade e remete ao acúmulo e repetição das atividades, reiteradas ao longo do tempo. Acrescenta-se uma profundidade temporal ao cenário observado, relacionando-o a suas origens e trajetórias históricas, confrontando sua validade com uma escala de ordem temporal. O jogo entre escalas temporais e espaciais permite que o acúmulo irregular de eventos gere conexões mais coerentes a partir de outras durações, pois, apesar de atribulados e efêmeros, o caráter repetitivo dos eventos (BOURDIEU, 1983; HECKENBERGER, 2001) faz com que da malha pela qual ele se cria, consiga-se, aos poucos e com certo esforço, identificar e interpretar padrões e a construir contextos.

É do jogo entre escalas que é possível extrair uma contribuição metodológica da utilização das durações braudelianas. Lidando com a incontornável complexidade do registro arqueológico, as durações nos auxiliam a decompor o tempo na paisagem para melhor interpretar a história (e.g. KATER, 2018; LOPES, 2018). Como explica Ingold (1993), a paisagem, ao modo de uma pintura, aparece como obra terminada, no entanto, ambas são frutos de processos que englobam temporalidades múltiplas. A paisagem é sempre um “*work in progress*” pois é costurada a ciclos de vida de pessoas, plantas, animais etc. (1993). Curta, média e longa duração podem, portanto, ser aplicadas de forma a organizar a temporalidade das paisagens e seu emaranhado de indícios. A primeira pode reduzir a escala para tratar da produção dos materiais arqueológicos e de deposições demarcadas, por exemplo, como conjuntos de eventos e gestos específicos, se abrindo para comparação sobre como estes se mantêm ou se alteram ao longo do tempo. A segunda amplia a escala e cria um eixo transformacional que permite interpretar as camadas enquanto conjunturas, feitas do acúmulo irregular de práticas que possuem uma redundância e que, dessa forma, revelam padrões feitos de escolhas significativamente repetidas (LOPES, 2018). A longa duração dos sítios arqueológicos permite acessar as formas como as paisagens engendram continuidades nas práticas, possibilitando refletir sobre como as ocupações posteriores se “encaixam” pelos legados das ocupações anteriores (KATER, 2018).

As coisas e relações que atingem temporalidades de longa duração atualizam estruturas há muito existentes, que se renovam, mas se mantêm ligadas aos indivíduos no presente. Por isso, incorporar em nossas narrativas as categorias indígenas de tempo e das formas pelas quais ‘acessam’ – ou melhor seria, atualizam – o passado, noções com as quais a longa duração parece se conciliar sem tanta dificuldade (e.g. JÁCOME, 2017; MACHADO, 2017), possibilita confrontar modelos de pensamento colonizadores sobre os quais a disciplina foi construída. Ao mesmo tempo, como diz Lucas (2015), isso não significa rejeitar a cronologia como uma ferramenta explicativa ou a periodização como elemento narrativo, mas insistir na sua elasticidade frente a outros tipos de articulação histórica.

Por outro lado, mais de um quarto de século após a publicação do seminal *História dos Índios no Brasil* (CUNHA, 1992), vê-se que o espaço que a arqueologia ocupa nas discussões historiográficas (e antropológicas) a respeito dos povos indígenas ainda é diminuto, com poucos exemplos em que historiadores se valem de modelos e explanações arqueológicas para auxiliar na interpretação das fontes históricas (c.f. HARRIS, 2015). Em dossiês temáticos organizados nos últimos anos sobre a ação indígena na história (e.g. *História*



e Índios de 2013, no número 25 da *Revista História Social*; *O protagonismo indígena na História* de 2017, no volume 37, número 75, da *Revista Brasileira de História*; *Protagonismos indígenas: diálogos entre História & Ciências Sociais em diferentes tempos e espaços contemporâneos* de 2018, no volume 10, número 20, da *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*; *Povos indígenas nas Américas: presenças, ocultamentos e resistências* de 2020, no volume 7, número 1, da *Revista Faces da História*) se evidencia o limitado diálogo entre Arqueologia e História pela gritante escassez do espaço ocupado pela arqueologia, mesmo daquela que busca construir uma História Indígena de longa duração. O movimento da Nova História Indígena possibilitou fundamentais avanços historiográficos ao superar a “crônica da extinção” (MONTEIRO, 1995) e evidenciar o indígena como protagonista na História do Brasil (e.g. MONTEIRO, 1994; ALMEIDA, 2017). O caminho está aberto para que, agora, Arqueologia e História persigam as conexões entre contextos e temporalidades distintas com as quais trabalham, reconciliem agência, conjuntura e estrutura, a fim de construir uma história indígena que seja a “soma de todas as histórias possíveis”, como sugeria Braudel (1990, p. 17).

As histórias indígenas contadas na Amazônia e em outras partes das Terras Baixas Sul-americanas são qualitativamente distintas da história do Mediterrâneo sobre a qual Braudel tanto se debruçou (1984). A longa história do Capitalismo, também matéria de estudo de Braudel (1997), é a crônica da sucessão de sistemas-mundo, atingindo, entre avanços e refluxos, cada vez maiores patamares de centralização da dominação, submetendo também as Terras Baixas ao longo do caminho. Para construí-la, Braudel faz o uso de um arcabouço teórico que o autor foi elaborando ao longo de décadas e a partir de experiências tão diversas quanto seus quatro anos no Brasil. Neste país, a história indígena de longa duração faz uso de parte desse arcabouço sofisticado para, por sua vez, produzir narrativas que enfatizam trajetórias históricas radicalmente distintas daquelas que retratam a progressiva acumulação de muito poder nas mãos de poucos.

## Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Fernando Ozorio de. *A Tradição Polícroma no alto rio Madeira*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2013.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de. A arqueologia dos fermentados: a etílica história dos Tupi-Guarani. *Estudos avançados*, v. 29, n. 83, 2015, p. 87-118. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100006>.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de; KATER, Thiago. As cachoeiras como bolsões de histórias dos grupos indígenas das terras baixas sul-americanas. *Revista Brasileira de História*, v. 37, n. 75, 2017, p. 39-67. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02a>.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de; MORAES, Claide de Paula. A cerâmica policroma do rio Madeira. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 402-413.
- ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo. Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia. *Mana*, v. 21, n. 3, 2015, p. 499-525. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/0104-93132015v21n3p499>.
- ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. A atuação dos indígenas na História do Brasil: revisões historiográficas. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 37, n. 75, 2017, p. 17-38. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1806-93472017v37n75-02>.
- ALVES, Daiana. *Ocupação indígena na foz do rio Tapajós (3260-960 AP): estudo do sítio Porto de Santarém, baixo Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2012.
- AMADO, Jorge. *Tieta do Agreste*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- AMARAL, Márcio; MORAES, Claide de Paula; SÁ, Mayara. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. *Ciências Humanas*, 15(3), e20190104, 2020. Acesso em 25 mar. 2021. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0104>
- BALÉE, William; ERICKSON, Clark. *Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands*. Columbia University Press, 2006.
- BANDEIRA, Arkley. *Ocupações humanas pré-coloniais na Ilha de São Luis - MA: inserção dos sítios arqueológicos na paisagem, cronologia e cultura material cerâmica*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2013.
- BARRETO, Cristiana. Brazilian archaeology from a Brazilian perspective. *Antiquity*, v. 72, n. 277, 1998, p. 573-581. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1017/S0003598X00087007>.
- BARRETO, Cristiana. A construção de um passado pré-colonial: uma breve história da arqueologia no Brasil. *Revista USP*, n. 44, 1999, p. 32-51. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.v0i44p32-51>.
- BARRETO, Cristiana. Modos de figurar o corpo na Amazônia pré-colonial. *Antes de Orellana: Actas del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*. Quito: Instituto Francês de Estudios Andinos/Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales/Embajada de EEUU, 2014, p. 123-131.

- BARRETO, Cristiana. O que a cerâmica Marajoara nos ensina sobre fluxo estético na Amazônia? In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 115-124.
- BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: Rumo a uma nova síntese*. Belém: Iphan, Ministério da Cultura, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2016.
- BELLETTI, Jaqueline da Silva. *Arqueologia do Lago Tefé e a expansão Polícroma*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2015.
- BESPALÉZ, Eduardo. Arqueologia e história indígena no Pantanal. *Estudos avançados*, v. 29, n. 83, 2015, p. 45-86. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142015000100005>.
- BEZERRA, Marcia. Bicho de nove cabeças: os cursos de graduação e a formação de arqueólogos no Brasil. *Revista de Arqueologia*, v. 21, n. 2, 2008, p. 139-154.
- BEZERRA, Marcia. Os sentidos contemporâneos das coisas do passado: reflexões a partir da Amazônia. *Revista Arqueologia Pública*, v. 7, n. 1 [7], 2013, p. 107-122. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.20396/rap.v7i1.8635674>.
- BOURDIEU, Pierre. Esboços de uma teoria da prática. In: ORTIZ, Renato; FERNANDES, Florestan. *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983, p. 46-81.
- BRAUDEL, Fernand. *O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico*. Lisboa: Livraria Martins Fontes, 1984.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Tradução de Rui Nazaré. Lisboa: Editorial Presença, 1990.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. São Paulo: Debates – Perspectiva, 1992.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XV-XVIII: as estruturas do cotidiano*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BROCHADO, José Proença. *An Ecological Model of the Spread of Pottery and Agriculture into Eastern South America*. PhD Dissertation, University of Illinois at Urbana Champaign, 1984.
- BUENO, Lucas. Arqueologia do povoamento inicial da América ou História Antiga da América: quão antigo pode ser um 'Novo Mundo'?. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, Belém, v. 14, n. 2, p. 477-496, aug. 2019. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222019000200011>.
- BURKE, Peter. *A escrita da história*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1992.
- BURKE, Peter. *Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. Tradução Nilo Odalia. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1997.
- BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2012.
- CABRAL, Mariana Petry. "E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico*, n. II, 2014, p. 115-132. Acesso em: 21 set. 2020. <https://periodicos.unb.br/index.php/anuarioantropologico/article/view/6821>.
- CAMUS, Albert. *A peste*. São Paulo: BestBolso/Record, 2017.

- CAVALCANTE, Thiago. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. *História* (São Paulo), v.30, n.1, jan/jun 2011, p.
- CHAKRABARTY, Dipesh. The climate of history: Four theses. *Critical inquiry*, v. 35, n. 2, 2009, p. 197-222. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1086/596640>.
- CLEMENT, Charles et al. The domestication of Amazonia before European conquest. *Proc. R. Soc. B.* 282: 20150813. 2015. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1098/rspb.2015.0813>.
- CORRÊA, Ângelo. Longue durée: história indígena e arqueologia. *Ciência e Cultura*, v. 65, n. 2, 2013, p. 26-29. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.21800/S0009-67252013000200011>.
- CORRÊA, Ângelo. *Pindorama de mboia e îakaré: continuidade e mudança na trajetória das populações Tupi*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2014.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. O futuro da questão indígena. *Estudos avançados*, v. 8, n. 20, 1994, p. 121-136. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000100016>.
- DAIX, Pierre. *Fernand Braudel: Uma biografia*. Tradução de Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Record, 1999.
- DEBLASIS, Paulo et al. Sambaquis e paisagem: dinâmica natural e arqueologia regional no litoral do sul do Brasil. *Arqueologia suramericana*, v. 3, n. 1, 2007, p. 29-61.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. A Arqueologia Brasileira da década de 1980 ao início do século XXI: uma avaliação histórica e historiográfica. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 28, n. 2, 2002, p. 25-52. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2002.2.23800>.
- EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge. Da pré-história à história indígena:(re) pensando a arqueologia e os povos canoieiros do Pantanal. *Revista de arqueologia*, v. 16, n. 1, 2003, p. 71-86. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v16i1.180>
- FAUSTO, Carlos; HECKENBERGER, Michael. Introduction: Indigenous History and the History of the "Indians". *Time and memory in indigenous amazonia: Anthropological perspectives*, 2007, p. 1-15.
- FAUSTO, Carlos.; NEVES, Eduardo. Was there ever a Neolithic in the Neotropics? Plant familiarisation and biodiversity in the Amazon. *Antiquity*, v. 92, n. 366, 2018, p. 1604-1618. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.15184/aqy.2018.157>.
- FUNARI, Pedro Paulo. *Arqueologia*. São Paulo: Contexto, 2003.
- FURQUIM, Laura Pereira. *Arqueobotânica e mudanças socioeconômicas durante o Holoceno Médio no sudoeste da Amazônia*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2018.
- GARCIA, Lorena. *Paisagens do médio-baixo Xingu: arqueologia, temporalidade e historicidade*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017.

- GASPAR, Meliam. *Arqueologia e história de povos de línguas Karib: um estudo da tecnologia cerâmica*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2019.
- GELL, Alfred. *Art and agency: an anthropological theory*. Clarendon Press, 1998.
- GNECCO, Cristóbal; DIAS, Adriana Schmidt. Sobre arqueologia de contrato. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, 2015, p. 03–19. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v28i2.425>.
- GOMES, Jaqueline. Alteridades e Paisagens na Comunidade Boa Esperança, RDS AMANÁ (AM). *Revista Teoria & Sociedade*, v. 24, n. 2, 2016.
- GOMES, Jaqueline.; NEVES, Eduardo. Contexto e relações cronoestilísticas das cerâmicas Caiambé no lago Amanã, médio Solimões. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 321–333.
- HARRIS, Mark. Sistemas regionais, relações interétnicas e movimentos territoriais – os Tapajó e além na história ameríndia. *Revista de Antropologia*, São Paulo, USP, v.58, nº 1, 2015. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2015.102099>.
- HARTOG, François. *Regimes de Historicidade: presentismo e experiências do tempo*. São Paulo: Editora Autêntica, Coleção História e Historiografia, 2013.
- HECKENBERGER, Michael. War and peace in the shadow of empire: sociopolitical change in the Upper Xingu of Southeastern Amazonia, AD 1250–2000. *PhD dissertation, University of Pittsburgh*, 1996.
- HECKENBERGER, Michael. Estrutura, história e transformação: a cultura xinguaná na longue durée, 1.000–2.000 d.C. In: FRANCHETTO, Bruna; HECKENBERGER, Michael. *Os Povos do alto Xingu: História e cultura*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001, p. 21–62.
- HODDER, Ian. *Symbols in action: ethnoarchaeological studies of material culture*. Cambridge: Cambridge University Press, 1982.
- HODDER, Ian. *Archaeology as long-term history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- INGOLD, Tim. The temporality of the landscape. *World archaeology*, v. 25, n. 2, 1993, p. 152–174. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1080/00458243.1993.9980235>.
- JÁCOME, Camila. *Dos Waiwai aos Pooço – Fragmentos de história e arqueologia das gentes dos rios Mapuera (Mawtohrî), Cachorro (Katxuru) e Trombetas (Kahu)*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017.
- JÁCOME, Camila. Aprender e ensinar, algumas reflexões sobre arqueologias indígenas. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 35(35), 2020, p. 14–35. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2020.163679>
- KATER, Thiago. *Osítio Teotônio e as reminiscências de uma longa história indígena no Alto Rio Madeira*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- KATER, Thiago. A temporalidade das ocupações ceramistas no sítio Teotônio. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 15(2), e20190078, 2020. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-bgoeldi-2019-0078>.
- LAMBERG-KARLOVSKY, Carl. The longue durée of the ancient Near East. In: HUOT, Jean-Louis; YON, Marguerite; CALVET, Yves (Ed.). *De l'indus aux Balkans, recueil Jean Deshayes*. Paris: Editions Recherche sur les Civilisations, 1985. p. 55–72.

- LATHRAP, Donald. *The Upper Amazon. Ancient Peoples and Places*. London: Berkeley: Thames and Hudson, 1970.
- LIGHTFOOT, Kent. Culture contact studies: Redefining the relationship between prehistoric and historical archaeology. *American Antiquity*, v. 60, n. 2, 1995, p. 199–217. Acesso em: 21 set. 2020. <http://doi.org/10.2307/282137>.
- LIMA, Helena. *História das caretas: A tradição borda incisa na Amazônia central*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2008.
- LIMA, Helena. A “Longue Durée” e uma antiga História na Amazônia Central. *Arqueologia Amazônica*, v. 2, 2010, p. 95–117.
- LIMA, Marjorie. *O rio Unini na Arqueologia do baixo rio Negro, Amazonas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
- LIMA, Tânia. *Um peixe olhou para mim: o povo Yudjá e a perspectiva*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2005.
- LOPES, Rafael. *A tradição polícroma da Amazônia no contexto do Médio Rio Solimões (AM)*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade Federal de Sergipe, 2018.
- LUCAS, Gavin. Archaeology and contemporaneity. *Archaeological Dialogues*, 22(1), 2015, p. 1–15. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1017/S1380203815000021>.
- MACHADO, Juliana Salles. Os significados dos sistemas tecnológicos: classificando e interpretando o vestígio cerâmico. *Arqueologia Suramericana*, 2007, p. 62–85.
- MACHADO, Juliana Salles. Arqueologia e história nas construções de continuidade na Amazônia. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, 2009, p. 57–70. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100006>.
- MACHADO, Juliana Salles. Caminhos e Paradas. Perspectivas sobre o território Laklãnõ (Xokleng). *Revista Do Museu De Arqueologia e Etnologia*, (27), 2016, p. 179–196. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2016.137298>.
- MACHADO, Juliana Salles. Arqueologias Indígenas, os Laklãnõ Xokleng e os objetos do pensar. *Revista de Arqueologia*, v. 30, n. 1, 2017, p. 89–119. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v30i1.504>.
- MARQUESE, Rafael Bivar e SILVA JÚNIOR, Waldomiro. Tempos históricos plurais: Braudel, Koselleck e o problema da escravidão negra nas Américas. *Hist. Historiogr.*, v. 11, n. 28, set-dez, 2018, p. 44–81. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.15848/hh.v11i28.1363>.
- MARTINEZ, Paulo H. Fernand Braudel e a primeira geração de historiadores universitários da USP (1935–1956): notas para estudo. *Revista de História*, n. 146, 2002, p. 11–27. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2516-9141.v0i146p11-27>.
- MEGGERS, Betty Jane. *Amazônia: a ilusão de um paraíso*. Belo Horizonte: Ed. Itataia, 1987.
- MONGELÓ, Guilherme. Ocupações humanas do Holoceno inicial e médio no sudoeste amazônico. *Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Ciênc. hum.*, Belém, v. 15, n. 2, e20190079, 2020. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2178-2547-b-goeldi-2019-0079>.

- MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- MONTEIRO, John Manuel. O desafio da História Indígena no Brasil. In: SILVA, Aracy Lopes; GRUPIONI, Luís D. Benzi (Ed.) *A temática indígena na escola: novos subsídios para professores de 1º e 2º graus*. Brasília: MEC; Mari: Unesco, 1995. p.221–228.
- MORAES, Claide de Paula; NEVES, Eduardo. O ano 1000: Adensamento populacional, interação e conflito na Amazônia Central. *Amazônica*, v. 4, n. 1, 2012, p. 122–148.
- MORAES, Claide de Paula. *Amazônia ano 1000: territorialidade e conflito no tempo das chefias regionais*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2013.
- NEVES, Eduardo. *Paths in dark waters: archaeology as indigenous history in the upper Rio Negro basin, northwest Amazon*. Phd Thesis, Indiana University, 1998.
- NEVES, Eduardo. Arqueologia, História indígena e o registro Etnográfico: exemplos do Alto rio Negro. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, Suplemento 3, 1999, p. 319–330. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113476>.
- NEVES, Eduardo. Indigenous historical trajectories in the upper Rio Negro basin. In: MCEWAN, Colin, BARRETO, Cristiana; NEVES, Eduardo. *Unknown Amazon: Nature in Culture in Ancient Brazil*. Londres: British Museum, 2001, p. 266–286.
- NEVES, Eduardo. A arqueologia da Amazônia Central e as classificações na Arqueologia Amazônica. *Arqueologia Amazônica*, v. 2, 2010, p. 58–70.
- NEVES, Eduardo. *Sob os tempos do Equinócio: oito mil anos de História na Amazônia Central (6.500 AC – 1.500 DC)*. Tese de Livre-docência, Arqueologia, Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2012.
- NEVES, Eduardo et al. A tradição Pocó-Açutuba e os primeiros sinais visíveis de modificações de paisagens na calha do Amazonas. In: ROSTAIN, Stéphen. *Memorias de las Conferencias Magistrales Del 3er Encuentro Internacional de Arqueología Amazónica*, Quito. Ikiam. Secretaria de Educacion Superior, Ciencia, Tecnología e Innovation, EIAA, v. 3, 2014, p. 137–158.
- NEVES, Eduardo; HECKENBERGER, Michael. The call of the wild: rethinking food production in Ancient Amazonia. *Annual Review of Anthropology*, v. 48, 2019, p. 371–388. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102218-011057>.
- NEVES, Eduardo; PETERSEN, James. Political economy and pre-Columbian landscape transformations in Central Amazonia. In: BALÉE, Willian; ERICKSON, Clark (Eds). *Time and complexity in historical ecology: studies in the neotropical lowlands*. New York: Columbia University Press, 2006, p. 279–309.
- NEVES, Eduardo, PETERSEN, James, BARTONE, Robert; HECKENBERGER, Michael. The timing of terra preta formation in the central Amazon: archaeological data from three sites. In: GLASER, Bruno; WOODS, William (Eds). *Amazonian dark earths: Explorations in space and time*. Berlin Heidelberg: Springer, 2004, p. 125–134.
- NOBRE, Emerson. *Objetos e imagens no Marajó antigo: agência e transformação na iconografia das tangas cerâmicas*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2017.

- NOELLI, Francisco. *Sem tekoha não há tekó. Busca de um Modelo Etnoarqueológico da Aldeia e da Subsistência Guarani e sua Aplicação a uma Área de Domínio no Delta do Rio Jacuí-RS*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – PUCRS, 1993.
- NOELLI, Francisco. Os Jê do Brasil meridional e a antiguidade da agricultura: Elementos da linguística, arqueologia e etnografia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 1, 1996, p. 13-26. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.1996.1.28773>.
- NOELLI, Francisco. As hipóteses sobre o centro de origem e rotas de expansão dos Tupi. *Revista de antropologia*, 1996, p. 7-53. Acesso em: 21 set. 2020. <http://www.jstor.org/stable/41616192>
- NOELLI, Francisco. Repensando os rótulos e a história dos Jê no sul do Brasil a partir de uma interpretação interdisciplinar. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento*, 1999, p. 285-302. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2594-5939.revmaesupl.1999.113474>
- NOELLI, Francisco. José Proenza Brochado: vida acadêmica e a arqueologia Tupi. *Tradição Tupi-Guarani*, 2008, p. 17-47.
- OLIVEIRA, Adriano. *Política científica no Brasil: análise das políticas de fomento à pesquisa do CNPq*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2003.
- OLIVEIRA, Erêndira. A serpente de várias faces: estilo e iconografia da cerâmica Guarita. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 373-382.
- PACHECO DE OLIVEIRA, João. *Ensaio em Antropologia Histórica*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1999.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz. *Festa e guerra*. Tese (Livre Docência em Antropologia) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2015.
- PERRONE-MOISÉS, Beatriz; SZTUTMAN, Rentato. Notícias de uma certa confederação Tamoio. *Mana*, v. 16, n. 2, 2010, p. 401-433. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132010000200007>.
- PESSOA, Cliverson. Do Manutata ao Uakíry: história indígena em um relato de viagem na Amazônia Ocidental (1887). *Tellus*, Campo Grande, MS, ano 17, n. 34, set./dez. 2017, p. 81-103. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.20455/tellus.v17i34.457>.
- PETERSEN, James; WATTERS, David. Archaeological Testing at the Early Saladoid Trants Site, Montserrat, West Indies. In: *Proceedings of the International Congress for Caribbean Archaeology*, 1991. p. 268-305.
- PUGLIESE JUNIOR, Francisco; VALLE, Raoni. A gestão do patrimônio arqueológico em territórios indígenas. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 1, 2015, p. 30-51. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v28i1.414>.
- PUGLIESE, Francisco; ZIMPEL, Carlos Augusto; NEVES, Eduardo. What do Amazonian Shellmounds tell us about the long-term indigenous history of South America. In: SMITH, C. (Ed.). *Encyclopedia of Global Archaeology*, 2018. Acesso em: 21 set. 2020. [https://doi.org/10.1007/978-5-319-51726-1\\_3030-1](https://doi.org/10.1007/978-5-319-51726-1_3030-1).
- RIBEIRO, Leandro. *Práticas mortuárias e estruturas funerárias no alto rio Madeira, Rondônia: um estudo etnoarqueológico das fontes históricas, etnográficas e arqueológicas*. Monografia (Graduação em Arqueologia) – DARQ, UNIR, 2018.



- ROCHA, Bruna et al. Arqueologia pelas gentes. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, 2013, p. 130–140. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v26i1.373>.
- ROCHA, Bruna et al. Na margem e à margem: arqueologia amazônica em territórios tradicionalmente ocupados. *Amazônica-Revista de Antropologia*, v. 6, n. 2, 2014, p. 358–384. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.18542/amazonica.v6i2.1873>.
- ROCHA, Bruna. Ipi Ocemumuge: *A Regional Archaeology of the Upper Tapajós River*. Phd Thesis, Archaeology, UCL, 2017.
- ROOSEVELT, Anna. Arqueologia amazônica. In: CUNHA, Manuela. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 53–86.
- ROOSEVELT, Anna. The development of prehistoric complex societies: Amazonia, a tropical forest. *Archeological papers of the American Anthropological association*, v. 9, n. 1, 1999, p. 13–33. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1525/ap3a.1999.9.1.13>.
- SAHLINS, Marshall. *Ilhas de História*. Trad. de Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.
- SAHLINS, Marshall. *História e cultura: apologias a Tucídides*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. A longa história indígena na costa norte do Amapá. *Anuário Antropológico*, n. II, 2014, p. 99–114. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.4000/aa.1261>.
- SALDANHA, João Darcy de Moura; CABRAL, Mariana Petry. Estruturas rituais pré-coloniais na costa do Amapá. *Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, v. 14, n. 1, 2016, p. 73–86. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.18224/hab.v14.1.2016.73-86>.
- SANTOS, Fabio Luís Barbosa. *Além do PT: a crise da esquerda brasileira em perspectiva latino-americana*. São Paulo: Elefante, 2016.
- SCHAAN, Denise Pahl. Uma janela para a história pré-colonial da Amazônia: olhando além-e apesar-das fases e tradições. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 2, n. 1, 2007, p. 77–89. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222007000100006>.
- SEVERI, Carlo; LAGROU, Els (Ed.). *Quimeras em diálogo: Grafismo e figuração na arte indígena*. Rio de Janeiro: Editora 7Letras, 2018.
- SHOCK, Myrtle Pearl; MORAES, Claide de Paula. A floresta é o domus: a importância das evidências arqueobotânicas e arqueológicas das ocupações humanas amazônicas na transição Pleistoceno/Holoceno. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 14, n. 2, 2019, p. 263–289. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/1981.81222019000200003>.
- SILLIMAN, Steven. Between the longue durée and the short purée: postcolonial archaeologies of indigenous history in colonial North America. In: OLAND, Maxine, HART, Siobhan; FRINK, Liam (Eds). *Decolonizing Indigenous Histories. Exploring Prehistoric/Colonial Transitions in Archaeology*. Tucson: The University of Arizona Press, 2012, p.113–131.
- SILVA, Ana Caroline. *De mãe pra filhos: transmissão de conhecimento e (re)apropriação do passado arqueológico*. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, 2018.

- SILVA, Fabíola. As cerâmicas dos Jê do Sul do Brasil e os seus estilos tecnológicos: elementos para uma etnoarqueologia Kaingang e Xokleng. *Urí e Wãxi: Estudos Interdisciplinares dos Kaingang*. Londrina: Editora UEL, 2000a, p. 59–80.
- SILVA, Fabíola. *As tecnologias e seus significados: um estudo da cerâmica dos Asurini do Xingu e da cestaria dos Kayapó-Xikrin sob uma perspectiva etnoarqueológica*. Tese (Doutorado em Ciência Social) – Departamento de Antropologia, Universidade de São Paulo, 2000b.
- SILVA, Fabíola. Arqueologia e Etnoarqueologia na Aldeia Lalima e na Terra Indígena Kayabi: reflexões sobre Arqueologia Comunitária e Gestão do Patrimônio Arqueológico. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, 19, 2009a, p. 205–219. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.2009.89884>.
- SILVA, Fabíola. A etnoarqueologia na Amazônia: contribuições e perspectivas. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 4, n. 1, 2009b, p. 27–37. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1981-81222009000100004>.
- SILVA, Fabíola. Etnoarqueologia: uma perspectiva arqueológica para o estudo da cultura material. *Métis: História e Cultura*, v. 8, n. 16, 2009c, p. 121–139.
- SILVA, Fabíola. Território, lugares e memória dos Asurini do Xingu. *Revista de Arqueologia*, v. 26, n. 1, 2013, p. 28–41. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v26i1.366>.
- SILVA, Fabíola. Arqueologia de Contrato e Povos Indígenas: reflexões sobre o contexto brasileiro. *Revista de Arqueologia*, v. 28, n. 2, 2015, p. 187–201. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.24885/sab.v28i2.435>.
- SILVA, Fabíola; NOELLI, Francisco. Para uma síntese dos Jê do Sul: Igualdades, diferenças e dúvidas para a etnografia, etno-história e arqueologia. *Estudos Ibero-Americanos*, v. 22, n. 1, 1996, p. 5–12.
- STAMPANONI, Filippo. *A maloca Saracá*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, 2016.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico. *Tessituras*, Pelotas, v. 2, n. 1, jan./jun. 2014, p. 10–39. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.15210/TES.V2I1.3796>.
- TAMANAHA, Eduardo Kazuo; NEVES, Eduardo. 800 anos de ocupação da Tradição Polícroma da Amazônia: um panorama histórico no Baixo Rio Solimões. *Anuário Antropológico*, n. II, 2014.
- TONEY, Joshua. Cerâmica e História Indígenas do Alto Xingu. In: BARRETO, Cristiana LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 224–236.
- TRIGGER, Bruce. *A history of archaeological thought*. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- TROUFFLARD, Joanna. Cerâmicas da cultura Santarém, Baixo Tapajós. In: BARRETO, Cristiana; LIMA, Helena; BETANCOURT, Carla (Org.). *Cerâmicas Arqueológicas da Amazônia: rumo a uma nova síntese*. Belém: IPHAN, 2016, p. 237–252.
- TSCHUCAMBANG, Copacãm. *Artefatos arqueológicos no território Laklãnõ/Xokleng-SC*. Monografia (Graduação) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, 2015.

- VAINFAS, Ronaldo. História cultural e historiografia brasileira. *História: Questões & Debates*. Curitiba, v. 50, n. 1, 2009, p. 217–235. Acesso em: 21 set. 2020. <http://dx.doi.org/10.5380/his.v50i0.15676>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. *Mana*, v. 2, n. 2, 1996, p. 115–144. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Lévi-Strauss nos 90: a antropologia de cabeça para baixo. *Mana*, v. 4, n. 2, 1998, p. 105–117. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93131998000200006>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “Transformação” na antropologia, transformação da “antropologia”. *Mana*, v. 18, n. 1, 2012, p. 151–171. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0104-93132012000100006>.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo; CUNHA, Manuela. (Org.) *Amazônia: Etnologia e História Indígena*. São Paulo, NHII/USP FAPESP, 1993.
- XAMEN WAI WAI, Jaime. *Levantamento etnoarqueológico sobre a cerâmica Konduri e ocupação dos Wai Wai na região da Terra Indígena Trombetas-Mapuera (Pará, Brasil)*. Monografia (Graduação em Arqueologia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, 2017.
- WATLING, Jennifer; MAYLE, Francis E.; SCHAAN, Denise. Historical ecology, human niche construction and landscape in pre-Columbian Amazonia: A case study of the geoglyph builders of Acre, Brazil. *Journal of Anthropological Archaeology*, v. 50, 2018, p. 128–139. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.1016/j.jaa.2018.05.001>.
- WÜST, Irmhild. Contribuições arqueológicas, etnoarqueológicas e etno-históricas para o estudo dos grupos tribais do Brasil Central: o caso Bororo. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 2, 1992, p. 13–26. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.11606/issn.2448-1750.revmae.1992.108990>.
- WÜST, Irmhild. Etnicidade e tradições ceramistas: algumas reflexões a partir das antigas aldeias Bororo do Mato Grosso. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, Suplemento*, v. 3, 1999, p. 303–317.
- WÜST, Irmhild; BARRETO, Cristiana. The ring villages of central Brazil: a challenge for Amazonian archaeology. *Latin American Antiquity*, v. 10, n. 1, 1999, p. 3–23. Acesso em: 21 set. 2020. <https://doi.org/10.2307/972208>.
- ZEDEÑO, Maria; BOWSER, Brenda (Eds.). *The Archaeology of Meaningful Places*. Salt Lake City: University of Utah Press, 2009, p. 1–14.
- ZUSE, Silvana. *Variabilidade Cerâmica e Diversidade Cultural no Alto Madeira*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

Recebido: 22/09/2020 – Aprovado: 15/05/2021

#### Editores Responsáveis

Júlio Pimentel Pinto e Flavio de Campos